

Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária

108

Fieldwork and Student Training: Contributions of the University Extension in Land Regularization

Trabajo de campo y formación estudiantil: los aportes de la extensión universitaria en la regularización de tierras

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266344>

Sabrina Pereira Barbosa

sabrinapereira1357@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - Pernambuco – Brasil

<https://orcid.org/0009-0006-8729-2959>

Stefany Vitoria Lopes da Silva

stefany.lopes@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - Pernambuco – Brasil

<https://orcid.org/0009-0007-5695-649X>

Submetido em 21.04.2025

Aceito em 24.11.2025

Resumo:

O trabalho de campo é um recurso educacional essencial para integrar os conhecimentos adquiridos em sala de aula à realidade social, na perspectiva da práxis. O projeto de extensão sobre regularização fundiária da Universidade Federal de Pernambuco, apoia a formalização de Núcleos Urbanos Informais em Pernambuco, promovendo a atuação discente por meio de dinâmicas interdisciplinares, inovação e tecnologia social. Este estudo busca analisar as

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.



contribuições das atividades do Projeto na formação acadêmica dos estudantes e na capacitação de gestores municipais para atuar em projetos de regularização fundiária e implantação de planos urbanísticos. A metodologia envolve o método dialético, junto com abordagem descritiva, através da mobilização social prévia e levantamento cadastral junto aos beneficiários, permitindo uma abordagem participativa e contextualizada. As contribuições das ações de campo são observadas no desenvolvimento das habilidades discentes, no engajamento com demandas sociais e na ampliação das perspectivas de atuação profissional. Além disso, a experiência proporciona maior integração entre universidade e sociedade, promovendo soluções concretas para desafios sociais e urbanos. Dessa forma, o projeto contribui para a formação crítica e prática dos estudantes, consolidando o trabalho de campo como estratégia fundamental na educação e no planejamento de cidades.

Palavras-chave: regularização fundiária; extensão universitária; formação discente; direito à moradia.

Abstract:

Fieldwork is an essential educational resource for integrating knowledge acquired in the classroom with social reality, from the perspective of praxis. The extension project on land regularization at the Federal University of Pernambuco supports the formalization of Informal Urban Centers in Pernambuco, promoting student participation through interdisciplinary dynamics, innovation, and social technology. This study seeks to analyze the contributions of the Project's activities to the academic training of students and to the training of municipal managers to work on land regularization projects and the implementation of urban plans. The methodology involves the dialectical method, together with a descriptive approach, through prior social mobilization and cadastral survey with beneficiaries, allowing for a participatory and contextualized approach. The contributions of field actions are observed in the development of student skills, in engagement with social demands, and in the expansion of professional perspectives. In addition, the experience provides greater integration between university and society, promoting concrete solutions to social and urban challenges. In this way, the project contributes to the critical and practical training of students, consolidating fieldwork as a fundamental strategy in education and city planning.

Keywords: land regularization; university extension; student training; right to housing.

Resumen:

El trabajo de campo es un recurso educativo imprescindible para integrar los conocimientos adquiridos en el aula con la realidad social, desde la perspectiva de la praxis. El proyecto de extensión sobre regularización de tierras de la Universidad Federal de Pernambuco apoya la formalización de los Centros Urbanos Informales en Pernambuco, promoviendo la actividad

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

estudiantil a través de dinámicas interdisciplinarias, innovación y tecnología social. Este estudio busca analizar los aportes de las actividades del Proyecto a la formación académica de los estudiantes y a la formación de gestores municipales para trabajar en proyectos de regularización territorial y la implementación de planes urbanos. La metodología involucra el método dialéctico, junto con un enfoque descriptivo, mediante encuestas previas de movilización social y registro a los beneficiarios, permitiendo un enfoque participativo y contextualizado. Los aportes de las acciones de campo se observan en el desarrollo de habilidades de los estudiantes, el compromiso con las demandas sociales y la ampliación de las perspectivas de desempeño profesional. Además, la experiencia proporciona una mayor integración entre la universidad y la sociedad, promoviendo soluciones concretas a los desafíos sociales y urbanos. De esta manera, el proyecto contribuye a la formación crítica y práctica de los estudiantes, consolidando el trabajo de campo como estrategia fundamental en educación y urbanismo.

Palabras-clave: regularización de tierras; extensión universitaria; formación de estudiantes; derecho a la vivienda.

Introdução

O projeto "Regularização Fundiária no Estado de Pernambuco: Extensão Universitária para Formação e Capacitação Técnica na Modalidade Híbrida nos Municípios do Programa Moradia Legal" é desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como atividade de extensão universitária em parceria com Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), através do Programa Moradia Legal (PML). O PML, tem como objetivo viabilizar a Regularização Fundiária Plena de áreas irregulares ocupadas por famílias de baixa renda, em solo urbano e rural.

Na UFPE, essa política vem sendo executada por meio do Laboratório de Assuntos Fundiários (LAAF), no projeto de extensão universitária por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre o Ministério das Cidades (MCidades) e a UFPE. O LAAF oferece suporte técnico para atender às demandas referentes à regularização fundiária, por meio da formação de gestores públicos e registradores dos municípios participantes do PML.

Os trabalhos são desenvolvidos em consonância com a “Lei de Regularização Fundiária/Reurb” nº 13.465/2017 e o Decreto Federal nº 9.310 de 2018, normativas que instituem regulamentações gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Plena (Diniz; Campos, 2024). As modalidades de Reurb se diferenciam a partir dos contextos de

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

ocupação do solo e suas características socioeconômicas. São elas: a Reurb-E (de Interesse Específico), que atende a grupos sociais que não se enquadram na categoria de baixa renda; e a Reurb-S (de Interesse Social), que é alvo dos trabalhos do Programa Moradia Legal, já que se destina ao atendimento de famílias com renda até cinco salários mínimos.

Essas normativas estabelecem a necessidade da implementação de medidas sistêmicas para que o direito à moradia seja considerado efetivo, e abrangendo as dimensões urbanísticas, sociais e ambientais para que um núcleo urbano reúna condições dignas de habitabilidade (Lefebvre, 2008). Isso implica na necessidade da atuação simultânea de diferentes áreas de conhecimento e instituições públicas para que sua implementação seja possibilitada, numa perspectiva a longo ou curto prazo.

Neste sentido, as atividades do LAAF através projeto de extensão, são desenvolvidas de forma interna e externa à UFPE, estruturadas por meio de cinco eixos principais de estudo. São eles: Tecnologia Social, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Jurídico e de Comunicação. A perspectiva da interdisciplinaridade, num contexto de atuação prática, fortalece não só o processo de ensino, pesquisa e extensão ao aplicar conhecimentos teóricos em realidades sociais, num processo dialético, como também contribui para o aperfeiçoamento de habilidades técnicas e humanizadas para a formação de profissionais e indivíduos mais sensíveis e críticos ao debate sobre a ocupação democrática do espaço, como afirma Milton Santos sobre a superação da fragmentação entre as áreas de estudo e o território (Santos, 2006; Harvey, 2014).

Os estudantes do Projeto são inseridos no contexto de utilização de tecnologias avançadas para automatizar, padronizar e compatibilizar os trabalhos, possibilitando o desenvolvimento de habilidades integradas ao contexto global de necessidade de democratização do acesso à inovação tecnológica, diferencial que impulsiona esses futuros profissionais no mercado de trabalho.

A utilização de conhecimentos tecnológicos e de georreferenciamento como parte do processo de regularização é um dos itens prescritos na Lei da Reurb, que incentiva o uso de ferramentas modernas para mapeamento, gestão e análise de dados, facilitando a identificação de Núcleos Urbanos Informais (NUI) e a implementação de soluções urbanísticas e ambientais (Silva, 2020). Na metodologia do Projeto, os discentes fazem uso de drones, equipamentos de

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

topografia e *softwares* de georreferenciamento já amplamente difundidos (ex.: ArqGIS, AutoCAD e Google Earth), e em especial, o *software*-programa “CDRF”, ou Certidão Digital de Regularização Fundiária.

O CDRF um é um modelo de inovação tecnológica que integra indicadores socioeconômicos, físicos, jurídicos, urbanísticos e ambientais em um ambiente interativo e consolidado, alimentado pelas informações obtidas em campo pelos discentes. Esse sistema automatiza tarefas técnicas, ao mesmo tempo que aprimora a metodologia analítica com base no uso de ferramentas digitais georreferenciadas e levantamentos cadastrais.

Como resultado, é criado um banco de dados específico para o NUI. O Banco de Dados de Regularização Fundiária (BDRF), desenvolvido pelo programa CDRF, permite realizar análises qualitativas e quantitativas dos dados, oferecendo suporte à elaboração e formulação de políticas públicas direcionadas aos municípios e regiões de intervenção.

A metodologia utilizada, de natureza dialética e interdisciplinar, baseada em métodos descritivos, integra informações levantadas em campo e atividades como a aplicação de questionários e o registro das informações na CDRF, fomentando a troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade.

Este artigo tem como objetivo investigar as contribuições das atividades do Projeto de extensão universitária sobre regularização fundiária, na formação acadêmica dos estudantes e na capacitação de gestores municipais para atuar em projetos de regularização fundiária e implantação de planos urbanísticos. O projeto de extensão discute a importância na formação dos profissionais capacitados, na implementação de tecnologias inovadoras e na contribuição direta para a regularização fundiária em Pernambuco.

1. O trabalho de campo como uma ferramenta na práxis da regularização fundiária

Como dissertado, o trabalho de campo constitui uma ferramenta essencial para o desenvolvimento educacional dos discentes, pois oferece uma vivência direta das distintas realidades sociais. A realização do trabalho de campo oportuniza a aplicação dos conhecimentos teóricos, promovendo a integração dos conceitos estudados em sala de aula, o que fortalece tanto a compreensão, quanto o desenvolvimento de habilidades técnicas (Gil,

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

2010).

Essa interação envolve desafios e responsabilidades individuais e coletivas, especialmente no que se refere à atuação no local estudado. A realização do trabalho de campo exige um planejamento logístico detalhado, considerando variáveis ambientais, como condições climáticas e acessibilidade, além de aspectos éticos na interação com as comunidades envolvidas e com a equipe de trabalho no campo (Diniz; Campos, 2024).

Nesse sentido, torna-se fundamental a mediação de profissionais da área no Laboratório, representados pelos docentes, garantindo a segurança e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. No cotidiano, a práxis se manifesta na experiência dos discentes, por meio de uma prática reflexiva e engajada na realidade social, promovendo transformações e contribuindo para mudanças estruturais. O conjunto dessa experiência tem potencial em fomentar o conhecimento epistêmico, incentivando reflexões e debates sobre o fundamento dos conhecimentos estudados, aplicados e construídos pela equipe, estimulando assim o pensar humanista.

No que se refere às competências práticas exercidas por área, na metodologia empregada no LAAF, destaca-se algumas competências necessárias para a execução das atividades. Dentre elas, o levantamento físico (planialtimétrico, com georreferenciamento), que possibilita a identificação de áreas públicas, acidentes geográficos e elementos caracterizadores do núcleo urbano. Em paralelo, é realizado o levantamento cadastral, que abrange o registro de imóveis, seus ocupantes e condições físico-ambientais e socioeconômicas, as quais são fundamentais para o enquadramento do processo como Reurb-S. Para além disso, a metodologia contempla a elaboração da planta do perímetro do núcleo urbano, na qual são demonstradas as matrículas ou transcrições atingidas, bem como a condução de estudos sobre desconformidades, a situação jurídica, urbanística e ambiental (Fotografia 1).

Fotografia 1. Discentes em trabalho de campo.



Fonte: Laboratório de Assuntos Fundiários (LAAF), 2024.

A atividade de campo relacionada com o Projeto Urbanístico e Ambiental que compõe o Projeto de Regularização Fundiária (PRF), tem como foco três aspectos fundamentais: condições de uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana essencial e condições ambientais e situações de risco. Essas atividades são levantadas durante o trabalho de campo com as equipes do projeto e visam estabelecer diretrizes para o ordenamento territorial, garantindo a segurança jurídica e a integração das áreas regularizadas à malha urbana. Por conseguinte, a elaboração da proposta do projeto urbanístico envolve a delimitação precisa das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias existentes, obtidas por meio de levantamento *in situ* (Brandão, 2007). Além disso, realiza-se a descrição detalhada das unidades a serem regularizadas, incluindo sua localização, denominação dos logradouros, designação cadastral, padrão construtivo e demais características relevantes.

Nesse contexto, a atividade de levantamento cadastral referente à definição das quadras, lotes e frações ideais vinculadas à unidade regularizada também compõem esse processo, assegurando uma estruturação territorial coerente e funcional. Esses dados são levantados para compor o diagnóstico socioeconômico e definição da área de estudo.

Portanto, os indicadores sociais, urbanos e ambientais são referências para composição do planejamento que contempla a definição de logradouros, espaços públicos livres, edificações e equipamentos comunitários essenciais. Dessa forma, observa-se a indicação de lotes usucapidos e a proposição de soluções para a adequação de desconformidades, tais como a

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

necessidade de remoção e relocação de edificações construídas em áreas de risco ou sobre cursos d'água, buscando compatibilizar o direito à moradia com a segurança socioambiental (Diniz; Campos, 2024).

Por fim, o processo metodológico adotado envolve a mobilização social prévia e a coleta de dados por meio de levantamentos cadastrais junto aos beneficiários (Campos, 2014). As informações obtidas são analisadas no LAAF e encaminhadas para os órgãos competentes, resultando na titulação de moradias e no desenvolvimento de planos urbanísticos. Além dos impactos diretos sobre as comunidades atendidas, essa abordagem contribui para a capacitação dos gestores municipais, criando um ciclo de aprendizado e aperfeiçoamento contínuo.

2. O projeto de extensão e a articulação interdisciplinar

O trabalho interdisciplinar é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, especialmente aqueles voltados para a regularização fundiária e planejamento urbano. A atuação conjunta de diferentes áreas do conhecimento permite uma abordagem mais completa e eficaz para a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades. Entre as áreas envolvidas, destacam-se a equipe social, jurídica, de urbanismo e de engenharia cartográfica, cada uma desempenhando um papel essencial para a implementação de soluções justas, viáveis e sustentáveis.

No trabalho de campo, a equipe social desempenha o papel de estabelecer um diálogo com as comunidades, identificando demandas e necessidades (Fotografia 2). Os discentes dessa área realizam entrevistas, levantamentos socioeconômicos que geram diagnósticos importantes para o município ou comunidade. A participação da equipe social é essencial para compreender as dinâmicas locais e garantir que as soluções propostas sejam socialmente justas e viáveis.

Essa equipe fornece informações qualitativas que ajudam a direcionar a atuação jurídica, enquanto a de arquitetura e engenharia cartográfica garantem a viabilidade técnica das soluções propostas.

Fotografia 2. Reunião com beneficiários da área.

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.



Fonte: Laboratório de Assuntos Fundiários (LAAF), 2024.

Outro aspecto relevante é a interseção entre o trabalho de tecnologia social e a sensibilização ambiental. A equipe social contribui para a conscientização dos moradores sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável do espaço, como observa Serpa (2009) no campo da Geografia e trabalho de campo. Segundo Serpa, o trabalho de campo é essencial para a construção de uma visão integrada entre o meio natural e as ações humanas, permitindo que os discentes desenvolvam uma percepção mais crítica e holística da relação entre sociedade e espaço. O autor ainda destaca as diversas possibilidades de recorte, análise e conceituação do espaço trabalhado, de acordo com as questões postas, metas e objetivos definidos.

Além disso, Serpa argumenta que o trabalho de campo é essencial para superar dicotomias entre fatores naturais e humanos, já que os fenômenos da na sensibilidade social e ambiental, tornando os discentes mais conscientes e preparados para lidar com questões complexas relacionadas aos contextos sociais e culturais, fortalecendo, assim, competências interpessoais, a comunicação eficaz com públicos diversos e a capacidade de adaptação (Santos, 2006; Serpa, 2009).

A equipe jurídica desempenha um papel determinante na garantia da segurança jurídica das famílias envolvidas no processo de regularização fundiária. Sua atuação envolve a análise de documentos, a identificação de possíveis irregularidades na posse e propriedade da terra e a

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

assessoria na elaboração de pareceres e processos legais. A regularização fundiária deve considerar não apenas a propriedade formal da terra, mas também a posse consolidada e os direitos sociais dos ocupantes, garantindo que o processo atenda aos princípios da função social da propriedade.

Outro ponto essencial na atuação da equipe jurídica é a mediação de conflitos. Em muitas situações, há disputas entre moradores, poder público e empresas privadas sobre a titularidade da terra, tornando necessária a aplicação de mecanismos jurídicos que favoreçam soluções pacíficas e justas. O papel da equipe jurídica se estende à formulação e implementação de políticas públicas voltadas à regularização fundiária. O suporte jurídico permite que os municípios elaborem projetos de habitação de interesse social alinhados à legislação vigente, garantindo que os moradores tenham acesso a títulos de propriedade e usufruam de seus direitos fundamentais.

Os urbanistas desempenham uma função central no planejamento e gestão territorial e na melhoria das condições habitacionais das comunidades envolvidas (Fotografia 3). Esse trabalho inclui a elaboração de planos diretores, o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos e a proposição de soluções que garantam a qualidade de vida nos assentamentos urbanos e rurais (Maricato, 2014).

A integração do urbanismo com outras áreas do conhecimento, em especial com as áreas social e ambiental, é essencial para que as propostas elaboradas sejam viáveis tanto técnica quanto socialmente. Um exemplo disso, é a necessidade de considerar aspectos jurídicos no planejamento social e urbano, garantindo que as soluções propostas estejam em conformidade com a legislação fundiária.

Fotografia 3. Elaboração de croquis em campo.

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.





Fonte: Laboratório de Assuntos Fundiários (LAAF), 2024.

Também é relevante a atuação dos urbanistas na busca por soluções saudáveis e sustentáveis. O planejamento urbano contemporâneo deve levar em conta não apenas a ocupação do solo, mas também a preservação ambiental e o uso eficiente dos recursos naturais. A participação dessa equipe no projeto de extensão é essencial para garantir que os territórios regularizados sejam ambientalmente equilibrados e socialmente justos. E, junto às demais áreas, a engenharia cartográfica desempenha um papel técnico indispensável no projeto, sendo responsável pela realização do georreferenciamento, elaboração de mapas e processamento de dados espaciais. O uso da tecnologia de geoprocessamento permite uma análise detalhada do território, facilitando a tomada de decisão e a execução dos processos de Regularização Fundiária Plena.

A aplicação de geotecnologias é essencial para garantir precisão nas informações territoriais, permitindo um mapeamento mais eficiente e uma melhor gestão do espaço. Além do georreferenciamento, essa equipe contribui para a identificação de riscos ambientais e para o planejamento da infraestrutura urbana, pois o uso de ferramentas como o SIG (Sistema de Informação Geográfica) possibilita a análise de fatores como a declividade do terreno, áreas de risco de enchentes e a proximidade de equipamentos públicos, permitindo um planejamento mais seguro e estratégico. A integração das tecnologias sociais e da geotecnologia com as

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

demais áreas do projeto possibilita um diagnóstico mais preciso das condições sociais e físicas do território, facilitando a elaboração de soluções mais eficazes, a tomada de decisões e a execução dos processos de regularização fundiária.

Por conseguinte, a equipe de comunicação é necessária para as atividades de campo do laboratório, pois atua divulgando as informações coletadas e registrando os momentos de interações com as comunidades e municípios visitados. Geralmente, acompanhada de um roteiro, busca alimentar a página do laboratório nas redes e permitir a transparência das atividades com a sociedade.

A articulação interdisciplinar e interação entre essas diferentes áreas é essencial para que o LAAF possa atuar de maneira eficaz e integrada. O eixo de tecnologia social fornece informações qualitativas que ajudam a direcionar a atuação dos diversos eixos, enquanto o de urbanismo e o de engenharia cartográfica garantem a viabilidade técnica das soluções propostas. O trabalho interdisciplinar permite um diagnóstico mais preciso das questões sociais, urbanísticas, físicas e fundiárias e a formulação de soluções mais eficazes e sustentáveis (FORPOEX, 2012).

3. Regularização fundiária e formação acadêmica: Uma abordagem integrada para a transformação social

O Plano Nacional de Extensão Universitária, destaca as atividades de extensão como fundamentais para a formação de discentes e docentes, desenvolvendo habilidades e competências críticas (Brasil, 2007). Essas ações integram ensino e aprendizado, aproximando os alunos da realidade social, pois constituem um dos pilares que articulam ensino, pesquisa e extensão.

A Regularização Fundiária Plena vai além da entrega de títulos de propriedade (Diniz; Campos, 2024) . Os resultados obtidos no presente estudo indicam que ela representa uma conquista de direitos e contribui para a redução da exclusão social, alinhando-se ao ideal de cidadania plena, conforme os princípios do projeto. Ao fortalecer a segurança habitacional e o sentimento de pertencimento dos moradores, a regularização não apenas melhora a qualidade de vida das comunidades, mas também promove uma transformação nas relações sociais e urbanísticas, permitindo a construção de um espaço mais justo e inclusivo.

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

As ações desenvolvidas no processo de regularização refletem na formação de profissionais éticos e sensíveis à realidade social, o que destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar e socialmente engajada. A participação discente nesse processo contribui para o êxito da ação e proporciona uma formação prática e humana, ampliando a compreensão sobre as desigualdades sociais e o papel da cidadania na transformação de realidades.

O contato com diferentes contextos, especialmente nas áreas do sertão pernambucano que carecem de regularização, expande a visão extensionista sobre a diversidade social e as necessidades das comunidades. Desde o início, os discentes são inseridos em um ambiente multidisciplinar, interagindo com profissionais das áreas de Direito, Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Engenharia e Administração Pública. Eles desempenham um papel ativo em diversas etapas do processo, como levantamento socioeconômico das famílias, análise documental, diagnósticos urbanísticos e elaboração de relatórios técnicos. Além disso, colaboram em ações educativas e oficinas comunitárias, promovendo a conscientização dos moradores sobre seus direitos e deveres em relação à posse da terra.

A metodologia do levantamento dos dados cadastrais é desenvolvida de forma integrada, compreendendo uma ação entre a prática de campo e o ambiente laboratorial. De caráter interdisciplinar, ela é contextualizada a partir da inovação e da tecnologia social. O arcabouço de sustentação dessa metodologia reside na elaboração de mecanismos sociais e de modelos técnico-digitais, que envolvem estudos, pesquisas e atividades voltadas para a solução de problemas coletivos, com ênfase nas áreas de intervenção com características passíveis de transformação, consolidação e possível elaboração de Projeto de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

A base instrumental dessa metodologia está no software CDRF, uma inovação metodológica que promove a integração da tecnologia com o ambiente social, agregando de forma analítica os dados digitais do levantamento cadastral. Esse levantamento envolve a construção de um ambiente tecnológico-estatístico interconectado ao BDRF do programa CDRF, conforme mencionado anteriormente neste projeto. Assim, o levantamento cadastral reflete as informações socioeconômicas, urbanísticas-ambientais, físico-cartográficas e

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

jurídicas obtidas na área de intervenção. Por um lado, a coleta dessas informações cadastrais remonta ao processo metodológico da Regularização Fundiária Urbana, conduzido desde seu início e em todas as suas fases pela Mobilização Social, que compartilha as informações sobre o projeto com os beneficiários. Por outro lado, o envolvimento desses beneficiários facilita a obtenção dos dados necessários para os levantamentos multilaterais, que formam a base do referido levantamento cadastral.

Os impactos das ações de campo são observados em diferentes dimensões, desde a efetivação dos processos de regularização fundiária até o desenvolvimento das habilidades acadêmicas e profissionais dos estudantes envolvidos. O trabalho desenvolvido no Laboratório de Assuntos Fundiários (LAAF-UFPE) evidencia a importância da mobilização social prévia, que possibilita o envolvimento ativo das comunidades e favorece a obtenção de dados precisos para as etapas subsequentes da regularização.

Cada processo realizado nas atividades de campo desempenha um papel fundamental para o alcance dos objetivos do projeto. A coleta de dados cadastrais junto às famílias, a análise documental, os levantamentos socioeconômicos e urbanísticos, e a elaboração de pareceres técnicos são etapas que garantem a viabilidade jurídica e territorial da regularização. Outro ponto relevante é a ampliação das atividades discentes no âmbito da extensão universitária, permitindo maior participação dos estudantes e que não se limita ao trabalho de campo, mas se estende à produção de materiais escritos, como relatórios técnicos e pareceres jurídicos, que documentam e validam os processos executados. A elaboração desses documentos não apenas contribui para a estruturação dos processos de regularização, mas também fortalece a formação acadêmica, permitindo que os discentes desenvolvam habilidades analíticas e argumentativas essenciais para sua atuação profissional.

As atividades de tecnologia social da equipe social exercem um impacto significativo na sensibilização das comunidades atendidas. A realização de oficinas e reuniões comunitárias fortalece a compreensão dos moradores sobre seus direitos e deveres, incentivando a participação ativa no processo de regularização fundiária. Esse engajamento é essencial para garantir a sustentabilidade das ações implementadas e para promover o empoderamento das comunidades beneficiadas (Campos, 2014). A experiência adquirida pelos estudantes ao longo

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

desse processo se traduz em um aprendizado prático enriquecedor, que os prepara para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais demandante de profissionais qualificados e socialmente engajados.

4. Considerações Finais

A participação discente no Laboratório de Assuntos Fundiários (LAAF) permite conhecer e vivenciar a realidade dos Núcleos Urbanos Informais (NUI) e das áreas envolvidas no projeto de extensão desenvolvido pela UFPE. A experiência promove o conhecimento sobre os desafios e especificidades das questões sociais, urbanas e ambientais, de geotecnologia e jurídicas nos espaços dos assentamentos informais. Destaca-se aqui a atuação dos discentes nesses espaços e contextos na prática, considerando o trabalho de campo como uma ferramenta que ultrapassa a teoria e proporciona uma vivência que fortalece a formação acadêmica e a práxis profissional. Por conseguinte, essa experiência prepara os discentes para atuar de forma mais crítica e informada nas diversas dimensões da Regularização Fundiária Plena.

Salutar é a forma de articulação interdisciplinar entre as diferentes áreas de atuação e de envolvimento no projeto de extensão, reforçando a importância da integração de saberes para a resolução de problemáticas complexas, como a Regularização Fundiária Plena.

Essa atuação conjunta de discentes e docentes coordenadores de diversas áreas do conhecimento, tecnologia social, urbanismo, cartografia e topografia, além de ambiental e jurídica, propicia uma análise mais ampliada das questões e permite a elaboração de proposições de soluções mais eficazes e inclusivas.

A prática por meio da participação coletiva dos discentes no levantamento cadastral, organização de dados, aplicação de questionários e a análise e inserção das informações no LAAF, não só contribuem para a formação acadêmica, mas também para o processo de ensino e aprendizagem à capacitação e formação de gestores públicos. A produção de materiais escritos e relatórios sobre as ações realizadas durante o exercício prático e execução do projeto de extensão, são instrumentos que contribuem com o conhecimento e

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

formação nas áreas de ensino e pesquisa, tanto para os estudantes na consolidação do aprendizado, quanto para as instituições que buscam soluções para minimizar questões fundiárias. Esse processo amplia a formação acadêmica com ênfase na qualificação dos discentes, proporcionando habilidades práticas e teóricas que serão fundamentais para a vida profissional.

Por fim, vale ressaltar que para além dos aspectos técnicos e de inovação proporcionada pelo projeto, o impacto social é um dos maiores frutos do LAAF na área de regularização fundiária, a partir das ações dos integrantes do projeto, capacitações e o uso do software-programa Certidão Digital de Regularização Fundiária (CDRF), foi possível garantir a população de baixa renda e maior vulnerabilidade social, a regularização dos imóveis em áreas de atuação da UFPE, o que tornou-se essencial a garantia dos direitos com impactos na vida dos beneficiários. Ressalta-se essa experiência na integração entre universidade e sociedade, na busca por soluções coletivas para desafios sociais e urbanos.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/SfDaPTcUpkHEZ3.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2025.

CAMPOS, Ronaldo. **Política Urbana e Participação: Construção Coletiva para Regularização Fundiária nos Espaços Urbanos de Domínio da União**. RMSDU - Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v.3, n.2, 8-30, 2014.

DINIZ, F.; CAMPOS, R. **Atender ao sonho da propriedade é suficiente para transformar as cidades?**. Marco Zero/Direito à Cidade, 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/atender-ao-sonho-da-propriedade-e-suficiente-para-transformar-as-cidades/>. Acesso em: 20 jun 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Neils (Núcleo de Estudos de Ideologias e

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Lutas Sociais), 2012.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Editora Vozes; 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed São Paulo: Editora USP, 2006.

SERPA, A. **O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico-Metodológica**. Boletim Paulista De Geografia, (84), 7–24. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725>, 2017.

SILVA, M. F. da. **A nova regularização fundiária aplicada nos assentamentos informais**. Curitiba: CRV, 2020.

BARBOSA; Sabrina Pereira; SILVA, Stefany Vitoria Lopes da. Trabalho de Campo e Formação Discente: As Contribuições da Extensão Universitária em Regularização Fundiária. **Revista Rural e Urbano**, v. 10, n. 01, p. 108-124, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2525-6092. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2025.266333>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.